

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 123.172 - RS (2020/0017825-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **GUILHERME CARLOS DE OLIVEIRA (PRESO)**
ADVOGADO : **MARCOS JONES FEIJÓ CARDOSO - RS068163**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GUILHERME CARLOS DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0302582-26.2019.8.21.7000.

O recorrente foi preso em flagrante, em 25/5/2019, e denunciado pela suposta prática do crime de porte de arma de fogo, previsto no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva com fundamento na garantia da ordem pública.

Em suas razões, alega o recorrente excesso de prazo para a conclusão da instrução processual, bem como inexistência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Requer, liminarmente, sua colocação em liberdade mediante a imposição ou não de medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, em 23/1/2020.

Parecer ministerial pelo parcial conhecimento do recurso e, na parte conhecida, pelo seu desprovimento, com recomendação (e-STJ fls. 191/197), conforme a seguinte ementa:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. QUESTÃO NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. WRIT ANTERIORMENTE IMPETRADO PERANTE ESSA CORTE. ÓBICE AO CONHECIMENTO DO RECURSO. EXCESSO DE PRAZO. MARCHA PROCESSUAL REGULAR. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA. INEXISTÊNCIA DE DEMORA INJUSTIFICADA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL: PARECER PELO PARCIAL CONHECIMENTO DO RECURSO E,

NA PARTE CONHECIDA, PELO SEU DESPROVIMENTO, COM RECOMENDAÇÃO.

Informações prestadas (e-STJ fls. 204/207).

Pedido de reconsideração, às e-STJ fls. 211/213, postulando a reconsideração da liminar e a reavaliação da prisão preventiva na forma da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Conforme relatado, o objeto do presente pleito cinge-se à análise de possível constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa. Alega-se, também, que a prisão preventiva deve ser revogada ante a ausência dos requisitos legais para a manutenção da custódia cautelar, previstos no art. 312, do Código de Processo Penal, bem como em razão da Recomendação n. 62/2020-CNJ.

Inicialmente, depreende-se da leitura do acórdão que julgou o *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem pela defesa que os temas relacionados à alegada ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva e ao pedido de revogação da custódia à luz da Recomendação n. 62/2020 do CNJ não foram apreciados pela instância *a quo*, sendo vedado o seu exame por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância.

Corroborando tal entendimento, destaco:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E RECEPÇÃO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CUSTÓDIA CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

1. Constatado que a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa não foi submetida ao crivo do Tribunal a quo, esta Corte está impedida de examinar o tema, sob pena de incorrer em vedada supressão de instância.

2. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do

periculum libertatis, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

3. Na espécie, a segregação provisória encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso, sobretudo, a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela quantidade de entorpecente apreendido, a saber, 480kg (quatrocentos e oitenta quilos) de maconha, e pelo fato de a droga esta sendo transportada em veículo produto de roubo. Portanto, a custódia preventiva está justificada na necessidade de garantia da ordem pública.

4. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. (HC 554.963/PR, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 12/03/2020, grifei.)

Passo à análise do alegado excesso de prazo para a formação da culpa.

A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

No caso em espeque, não se vislumbra desídia do Estado na condução do feito, uma vez que, segundo as informações prestadas pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Capão da Canoa (RS), o recorrente foi preso em flagrante em 25/5/2019, pela prática, em tese, do crime de porte de arma com numeração suprimida, em razão de denúncia anônima dando conta de que o recorrente estaria realizando a segurança de um traficante local. A denúncia foi recebida em 22/7/2019. Em 9/3/2020 foi realizada a audiência de instrução e julgamento, de modo que o processo vem tendo regular andamento.

Ademais, conforme informações extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifico que, nos autos da Ação Penal n. 00004796-76.2019.8.21.0141, objeto do presente recurso, foi declarada encerrada a instrução criminal, tendo as alegações finais da acusação sido juntadas aos autos em 12/3/2020, contudo, em razão de pedido de revogação da custódia cautelar formulado pela defesa, os autos aguardam a manifestação do Ministério Público estadual acerca do

Superior Tribunal de Justiça

pedido.

Portanto, incide, *in casu*, o enunciado 52 da Súmula desta Corte, segundo o qual, *"encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo"* (Terceira Seção, julgado em 17/9/1992, DJ 24/9/1992).

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator